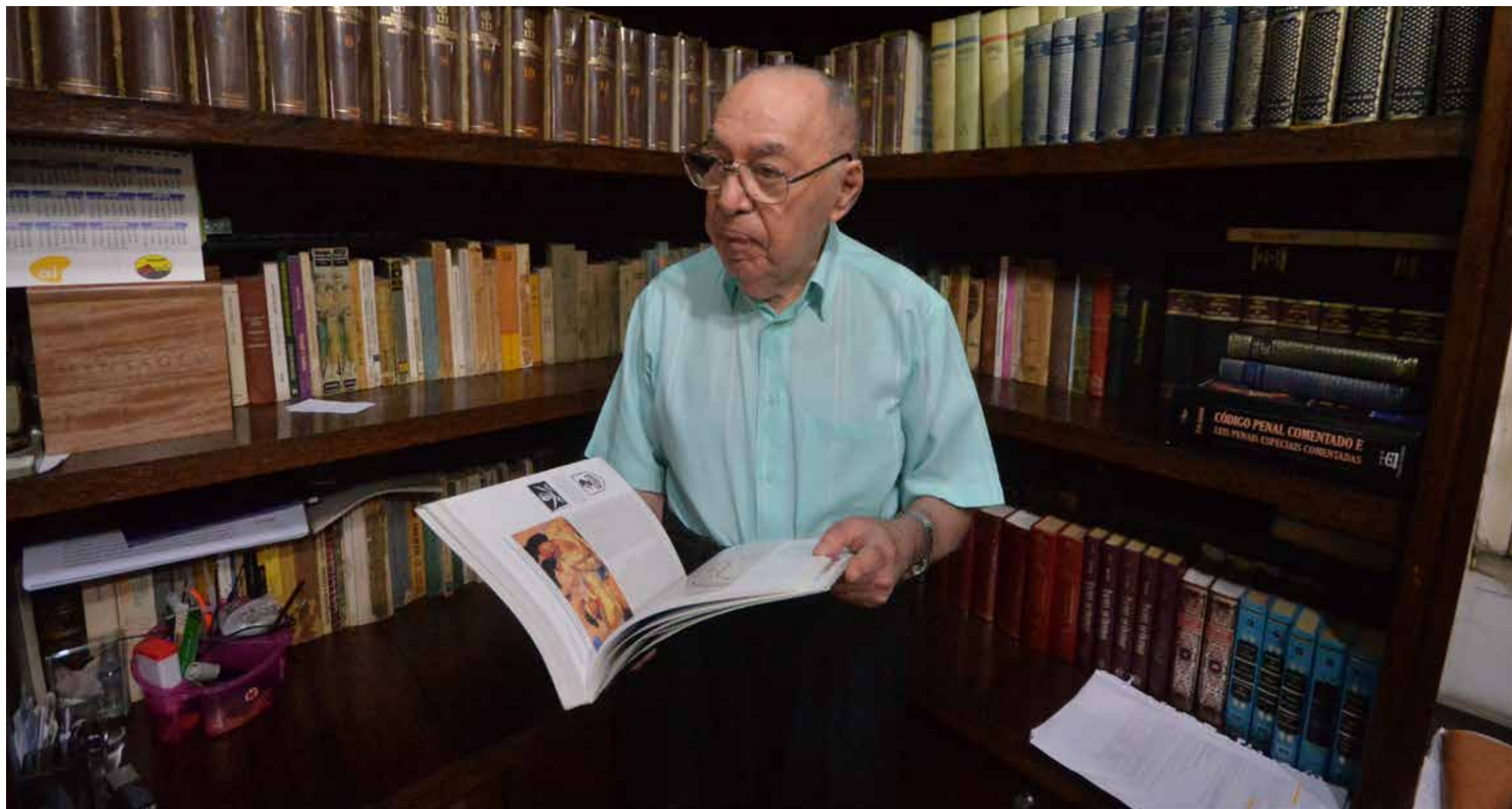


CELSE BARROS COELHO - JURISTA



Assis Fernandes/ODIA

“Campanhas políticas vão ser sempre muito caras e o uso do caixa dois será utilizado”

Aline Rodrigues
Editora

Jurista, escritor, ex-deputado federal e estadual pelo Piauí, ex-secretário de estado e presidente da Ordem dos Advogados do Piauí por cinco vezes. Aos 95 anos e com larga experiência e vivência, Celso Barros Coelho analisa, em entrevista ao Jornal O DIA, o atual momento em que vive o país – escândalos envolvendo caixa 2, movimentos de extrema direita, pedidos eleições diretas e a cassação do presidente Michel Temer.

Para ele, as campanhas políticas sempre serão caras e o caixa dois será utilizado. As punições, no entanto, devem reduzir tal prática e podem dar vez a outros candidatos. “Há, porém, em decorrência das punições feitas com aqueles envolvidos em escândalos, a redução dessa prática delituosa, o que importa dizer que os candidatos encontram maiores dificuldades para se elegerem. Os candidatos pobres terão sua vez”, afirma.

Em entrevista a O DIA, Celso Barros comenta, do ponto de vista legal, o movimento que pede eleições diretas caso o presidente Michel Temer (PMDB) seja cassado

pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De acordo com ele, a PEC das Diretas, que foi aprovada pela Comissão de Constituição de Justiça do Senado na última quarta-feira, “encontra obstáculo na própria Constituição”.

Deputado cassado em 1964 por contestar o Regime Militar, o jurista maranhense acredita que o movimento de extrema direita não põe em risco a democracia e as suas instituições. “É um resquício da ditadura militar, sob o pálio da ideologia da extrema direita. Não nos esqueçamos das torturas, das prisões e do caos institucional”.

O senhor acredita que o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff abriu precedentes no ponto de vista jurídico?

O impeachment de Dilma ocorreu em circunstâncias especiais. Incompetente e inábil para equilibrar as finanças do país e indiferente às possíveis soluções, através de um pacto social que ela não soube construir, criou condições favoráveis para o seu afastamento. A sua base política era frágil e apática. A corrupção, um legado do governo Lula, corroía seu governo e ela fazia de conta que não sabia de nada. Não acredito que o impeachment abra precedentes do ponto de vista jurídico, mesmo porque a decisão não foi jurídica, foi política.

O movimento pedindo “diretas já” foi desencadeado por setores ligados a movimentos políticos e sindicalistas

Em 1992, para citar como exemplo, os brasileiros foram às ruas de cara pintada pedir a saída do então presidente Fernando Collor de Melo. Hoje, mesmo após a delação da JBS, não se viu um movimento nas ruas com tanta força. O senhor acredita

que as pessoas perderam o poder de se indignar?

As pessoas não perderam a capacidade de se indignar. No impeachment de Collor a sociedade estava mobilizada e os jovens compreenderam que sua participação correspondia aos anseios populares. Eram os “caras pintadas” que tomaram conta das ruas e deram o sinal de que o Presidente não poderia mais governar. Foi um movimento inédito no país. Hoje, a situação é bem diferente. As ruas foram tomadas, agora sem o mesmo entusiasmo, sem a participação dos jovens organizados. A delação da JBS influenciou apenas parte da população. O movimento pedindo “diretas já” foi desencadeado por setores ligados a movimentos políticos e sindicalistas.

Há um movimento pedido eleições diretas, fazendo uma associação às “Diretas Já”. Como o senhor vê essa associação e qual o risco disso?

O movimento em favor de eleições diretas encontra obstáculo na própria Constituição. É uma ideia precipitada e demagógica. Os custos de uma eleição são muito elevados e imprevisíveis. Realizar eleições diretas agora, ter-se-á outra no próximo ano. Como conciliar isso sem uma mudança significativa do texto constitucional? O caminho mais curto, sem curvas a seguir é o atual sistema, previsto no art. 81, § 1º, da CF: Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos

será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei”.

Temer é um homem com larga experiência, o que credencia a mudar a política econômica e a vencer as etapas que dificultam sua administração

Desde que a crise política se acentuou, ainda no governo Dilma, vem surgindo um movimento de extrema direita e que, inclusive, pede a volta da Ditadura. Como o senhor avalia esse movimento? O senhor acredita que é possível uma volta dos militares ao poder?

Um movimento de extrema direita é formado por uma minoria sem expressão política. É um resquício da ditadura militar, sob o pálio da ideologia da extrema direita. Não nos esqueçamos das torturas, das prisões e do caos institucional.

Como senhor avalia o avanço da extrema direita?

Influenciado pela ideologia da extrema direita, esse avanço não põem em perigo as instituições e a democracia.

As pessoas dizem que o Congresso Nacional não

possui legitimidade para eleger um novo presidente – caso haja necessidade de eleições indiretas –, mas ele possui legitimidade para mudar a Constituição e aprovar uma PEC para realizar eleições diretas?

O Congresso Nacional, ressalvadas as cláusulas pétreas, possui legitimidade, para eleger um novo presidente pelo processo indireto. Também tem legitimidade para aprovar uma PEC a fim de realizar eleições diretas. Pode fazer, mas não convém.

Alguns defendem que a delação da JBS não compromete o presidente Michel Temer. Como advogado, o que o senhor acha disso?

Como advogado, entendo que a delação da JBS compromete e muito o presidente Temer.

Há hoje nomes ou partidos com condições de unificar o país depois de todo esse processo político que estamos vivendo?

Acredito, sim, que haja lideranças capazes de unificar o país e dar-lhe condições para o seu desenvolvimento. Nosso país é muito rico e dotado de um poder extraordinário para reerguer-se e encontrar o rumo certo que o eleva ao nível de uma das potências do mundo. Para romper o atraso basta ter coragem, ter a visão do futuro e sujeitar-se aos princípios moralizadores e transparentes da Administração Pública.

O governo tenta hoje apro-

var as reformas previdenciária e trabalhista. Esse é o momento oportuno? Elas são, de fato, necessárias?

Embora inquinado de certos vícios, o cenário político e econômico exige reformas que vão ao encontro das necessidades do povo, sobretudo do povo pobre e desassistido. As reformas propostas pelo Presidente da República em fase de apreciação no Congresso Nacional atendem, em parte, a essa necessidade. Há, porém, alguns pontos vulneráveis que devem ser modificados.

Como o senhor vê o cenário político e econômico caso o presidente Michel Temer siga no poder.

Vejo que é difícil a recuperação do país. Mas, como já disse, o Brasil é uma potência com reservas naturais capazes de superar essa crise e colocá-lo nos trilhos certos para a sua prosperidade política, econômica e moral. Mas, convenhamos, o presidente Temer é um homem com larga experiência, o que credencia a mudar a política econômica e vencer as etapas que dificultam sua administração.

E se ele sair? Que cenário esperar?

Se ele sair em decorrência da prática de atos comprometedores, haverá quem o possa substituir e dar sequência às iniciativas tomadas em favor do nosso povo e do nosso país. Este não suporta mais o atraso nas áreas tecnológicas científica e educacionais. Precisamos educar o povo e formar

tecnicamente os jovens para conquistarem um espaço no cenário político, nacional e internacional.

Como o senhor avalia que as campanhas vão ser financiadas depois de tantos escândalos envolvendo caixa 2?

As campanhas políticas vão ser sempre muito caras e o uso do caixa dois será utilizado. Essa é a verdade. Há, porém, em decorrência das punições feitas com aqueles envolvidos em escândalos, a redução dessa prática delituosa, o que importa dizer que os candidatos encontram maiores dificuldades para se elegerem. Os candidatos pobres terão sua vez. Concluímos com essas palavras de Rodrigo Janot: “O país cansou do engodo, da hipocrisia, dos voos de galinha, de economia sustentada no favorecimento, de seguir para logo retroceder. A hora é de mudança”. Lembremos que o passado é passado. Vamos agora mudar o curso da história, recolhendo do passado o que é útil e proveitoso às necessidades do presente.

Precisamos educar o povo e formar tecnicamente os jovens para conquistarem um espaço no cenário político, nacional e internacional